DISPENSA DE VALOR Nº 006/2025

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO IV, alínea ‘a’, da Lei 14.133/2021.

A qualificação do ente **Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu** torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo Nº 75, inciso IV, alínea ‘a’ da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 13/06/2025 ÀS 14:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	camara@cruzeirodoiguacu.pr.leg.br
ENDEREÇO FÍSICO: Avenida 13 de Maio, nº 768, Centro, Cruzeiro do Iguaçu-PR.	Protocolado fisicamente na recepção da Câmara Municipal
LINK DO EDITAL:	

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de Serviço de revisão do veículo **Toyota/Corolla APremiumH 1.8 HV**, conforme o Artigo 75, inciso IV, alínea a, da Lei 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1.** – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2.** – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3.** – ANEXO III – DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI;
- 1.2.4.** – ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

Câmara Municipal de Vereadores

01. 001 -Legislativo Municipal 3.3.90.39.00.00– Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

3. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

3.1. Nos termos do art. 48 da Lei 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014, a participação nesta dispensa é EXCLUSIVA às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor individual (MEI), visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, tendo prioridade na contratação as microempresas, empresas de pequeno porte e ou microempreendedor individual.

3.2. O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta de preço declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI nos termos da Lei 123/06.

4. VALOR ESTIMADO

4.1. O valor estimado para contratação será de R\$ **702,30 (setecentos e dois reais, e trinta centavos)**.

5. PERÍODO PARA ENVIO/PROTOCOLO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no Site oficial da Câmara Municipal no seguinte endereço: <https://www.cruzeirodoiguacu.pr.leg.br> no menu de Avisos e Licitações, sendo que a proposta de preços e os respectivos documentos de habilitação deverão concomitantemente serem encaminhados ao **e-mail: camara@cruzeirodoiguacu.pr.leg.br** preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA**.

5.2. O protocolo também poderá ocorrer fisicamente na Câmara Municipal no setor de protocolo, localizado na Avenida 13 de maio, 768, Centro-Cruzeiro do Iguaçu-PR.

5.3. Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentos de habilitação: **13/06/2025 até as 14:00h.**

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

- 6.2. As propostas de preços que não estiverem em consonância com as exigências deste instrumento convocatório serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- 6.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste instrumento convocatório. Devendo obedecer ao valor estipulado pela pelo poder legislativo

7. HABILITAÇÃO JURÍDICA E FÍSICA

- 7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- 7.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- 7.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.4. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- 7.5. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- 7.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- 7.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. Para o julgamento será adotado o critério de menor preço por item, atendidas as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste Instrumento.
- 8.2. Encerrada a fase de recebimento de propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e compatibilidade do valor apresentado.
- 8.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 8.4. Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.
- 8.5. Não havendo oferecimento de propostas adicionais no prazo de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento ocorrerá em até 30(trinta) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Aviso de Dispensa de Licitação em razão do valor, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. A Administração deverá anular o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração .

Cruzeiro do Iguaçu, 10 de junho de 2025.

Agda Kayane Nunes de Oliveira

Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O objeto do presente termo de referência é contratação de Serviço de revisão do veículo **Toyota/Corolla APremiumH 1.8 HV**, conforme o Artigo 75, inciso IV, alínea a, da Lei 14.133/2021, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Registro de Preços:

() SIM (X) NÃO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

2.1. Da Descrição Detalhada

			TOYOPABRA	ZENI MOTORS	SGA VEICULOS E PECAS S.A
ITEM	Especificações	Unidade			
1	JUNTA DE ALUMINIO	01 und	R\$ 11,50	R\$ 11,50	R\$ 11,50
2	FILTRO COMBUSTIVEL	01 und	R\$ 57,00	R\$ 57,00	R\$ 63,00
3	ÓLEO LUBRIFICANTE PA	4,2 LT	R\$ 84,00	R\$ 84,00	R\$ 77,00
4	FILTRO DE ÓLEO SINTÉTICO	01 und	R\$ 89,00	R\$ 89,00	R\$ 84,00
5	MÃO DE OBRA	01 serviço	R\$ 192,00	R\$ 282,00	R\$ 351,00

2.2. Natureza do objeto:

Comum (X)

Especial ()

3. DE JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Necessidade de Contratação

O veículo de uso exclusivo dos serviços administrativos da casa e a serviço do gabinete do Presidente é de suma importância para a Câmara, visando que é usado pelo Presidente dentro dos limites do município e viagens a várias comarcas do estado. Por isso, a realização de manutenções preventivas é essencial, garantindo a segurança e evitando a indisponibilidade do veículo, o que poderia comprometer as atividades administrativas. A Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu-PR possui a necessidade de realização de dispensa de licitação, em consonância com o disposto no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei 14.133/2021, que dispõe: "IV - para contratação que tenha por objeto: bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia".

Com isso, usando-se dos recursos que a Câmara dispõe, opta-se pela utilização da dotação orçamentária prevista para o exercício do ano de 2025, a fim de sanar essa necessidade e evitar transtornos.

3.2. Especificações Técnicas

CNAE 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.				
Item	Descrição / Especificação Técnica	Qtd	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
01	JUNTA DE ALUMINIO	1 UND	R\$ 11,50	R\$ 11,50
02	FILTRO COMBUSTIVEL	1 UND	R\$ 57,00	R\$ 57,00
03	ÓLEO LUBRIFICANTE PA	4,2 LT	R\$ 84,00	R\$ 352,80

04	FILTRO DE ÓLEO SINTÉTICO	1 UND	R\$ 89,00	R\$ 89,00
05	MÃO DE OBRA	1 SERVIÇO	R\$ 192,00	R\$ 192,00
VALOR TOTAL				R\$ 702,30

3.3. Quantitativo

A quantidade estimada pelo DFD (Documento de formalização de Demanda), são:

Item	Descrição / Especificação Técnica 1ª Revisão	Qtd	Serviços
01	JUNTA DE ALUMINIO	01	UND
02	FILTRO COMBUSTIVEL	01	UND
03	ÓLEO LUBRIFICANTE PA	4,2	LT
04	FILTRO DE ÓLEO SINTÉTICO	01	UND
05	MÃO DE OBRA	01	SERVIÇO

4. REQUISITANTE

Técnico Administrativo.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço/menor percentual de desconto () por item; () por lote; (x) global

5.2. Será contratada por menor preço global para que não haja o comprometimento do seu conjunto, uma vez que se trata da aquisição de serviço de mesma natureza, onde os itens são interdependentes.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. Enquadramento Dispositivo Legal

Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso IV, alínea ‘a’.

6.2. Justificativa para a contratação por Dispensa de licitação

A contratação direta para esse objeto encontra-se pormenorizada no artigo 75, inciso IV, alínea ‘a’, da Lei 14.133/2021, a qual prevê a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em casos de serviços de manutenção de veículos automotores, para contratação de bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia. Dado o caso apresentado, por se tratar de primeira revisão veicular em autorizada Toyota, pugna-se pela contratação direta, por meio de dispensa de licitação, consoante o dispositivo supracitado.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

7.1. Condições Especiais De Habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira)

- 7.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 7.1.2. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação com curto prazo de execução do serviço.
- 7.1.3. Para fins de habilitação serão exigidos os documentos descritos no art. 69 da Lei 14.133/21, no couber ao objeto a ser contratado, bem como, os documentos relativos à comprovação da notória especialização da empresa e/ou seus responsáveis técnicos.

8. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A empresa deverá realizar os serviços em sua sede, após autorização, com prazo de conclusão em até **72 horas**, com emissão de relatório de assistência técnica.

8.2. A execução do objeto obedecerá:

- a) A manutenção deverá ser realizada de acordo com as especificações do manual do fabricante do veículo, inspecionando os sistemas do veículo e substituindo as peças/materiais necessários;
- b) Todas as peças e componentes utilizados na manutenção deverão ser originais, com garantia de qualidade e procedência;
- c) A manutenção deverá ser realizada em oficina mecânica da contratada;
- d) A empresa deverá oferecer garantia para os serviços executados.

8.3 A execução do objeto deverá ser realizado em sua sede, no raio de até 150Km da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR. Estima-se essa quilometragem em razão da vanatajiosidade e economicidade para a administração pública, sendo inviável o deslocamento para regiões mais distantes.

Será permitida a Subcontratação:

() Sim (X) Não

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, e diariamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, quando da verificação de inconsistências na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Obrigações Da Contratante

8.7.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.7.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.7.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.7.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.7.6. a administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.8. Obrigações Da Contratada

8.8.1. a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.8.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações no prazo e no local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.8.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.8.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.8.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.8.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.8.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/2021.

9.2. A verificação da adequação da prestação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, bem como comprovação de horas juntamente com diploma.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

9.4. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

9.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Fica designada a servidora **Jocineia Toldo**, matrícula nº 6106-01 portadora da Cédula de Identidade RG nº 92079821 e inscrita no CPF sob o nº 069.094.579-51 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.7. Fica designada, como fiscal substituta a servidora **Cleonice Aparecida Varela**, matrícula n. ° 611423, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29767334 inscrita no CPF sob o n. ° 020.102.629-56-, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O presente objeto se enquadra como serviço/fornecimento contínuo?

() SIM (X) NÃO

10.2. O prazo de vigência será de seis meses, a contar da nota de empenho, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 107 da referida norma.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:

11.1. Os valores estimados foram definidos com base nos preços praticados por concessionárias autorizadas da Toyota. A pesquisa foi realizada pelo servidor Lubian

Carlos Fretta. A contratação deve ser feita em concessionária autorizada para manter a garantia do veículo. Por questões de eficiência e economicidade, foram consideradas apenas concessionárias localizadas em um raio de até 150 km de Cruzeiro do Iguaçu/PR, sendo essas as únicas disponíveis nas cidades de Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR. No entanto, a concessionária de Cascavel/PR possui o mesmo administrador da unidade de Francisco Beltrão/PR. Entendemos que por isso apenas uma poderia participar do processo. A concessionária de Francisco Beltrão/PR foi a escolhida por ser muito mais próxima. Por fim, realizou-se uma consulta na plataforma ComprasGov, tomando como referência o orçamento expedido pela empresa SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A, do estado do Rio de Janeiro, a pedido Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear. A pesquisa apresentou o valor final de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais). A informação foi utilizada como parâmetro para demonstrar que os valores estão compatíveis com os praticados no mercado.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviço objeto desta licitação, será efetuado em uma única parcela, mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta) dias**, contados após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01 - Câmara Municipal de Vereadores

01.001 -Legislativo Municipal

3.3.90.39.00.00– Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

14. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 05 de junho de 2025.

Aprovado em: 09 de junho de 2025.

Agda Kayane Nunes de Oliveira

Agente de Contratação

Juliano Morelli

Presidente